

ÍNDICE CRONOLÓGICO

DIREITO CONSTITUCIONAL	21
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	23
» <i>Atualizada até a Emenda Constitucional nº 111/2022.</i>	
DIREITO ADMINISTRATIVO	109
LEI ESTADUAL Nº 869, DE 05/07/1952 - Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais.	111
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 28/12/2020.</i>	
LEI ESTADUAL Nº 14.184, DE 31/01/2002 - Dispõe sobre o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.....	142
» <i>Atualizada até a Lei nº 24.089, de 12/5/2022.</i>	
LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 83, DE 28/01/2005 - Dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia-Geral do Estado - AGE.	150
» <i>Atualizada até a Lei Complementar nº 151, de 17/12/2019.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 45.242, DE 11/12/2009 - Regulamenta a gestão de material, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo.	159
» <i>Atualizado até o Decreto nº 48.422, de 16/5/2022.</i>	
LEI ESTADUAL Nº 18.692, DE 30/12/2009 - Uniformiza os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, compreendidos no âmbito dos programas sociais que especifica.	171
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 22/12/2017.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 47.222, DE 26/07/2017 - Regulamenta a Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, quanto ao uso do meio eletrônico para prática de atos e tramitação de processos administrativos pela administração pública, direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.....	199

LEI ESTADUAL Nº 23.081, DE 10/08/2018 - Dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor.....	202
» <i>Atualizada até a Lei nº 23.304, de 30/5/2019.</i>	
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 4/6/2019.</i>	
LEI ESTADUAL Nº 23.172, DE 20/12/2018 - Autoriza a Advocacia-Geral do Estado a não ajuizar, não contestar ou desistir de ação em curso, não interpor recurso ou desistir de recurso que tenha sido interposto nos casos que especifica e cria a Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos.	223
DECRETO ESTADUAL Nº 47.622, de 15/03/2019 - Dispõe sobre o desfazimento de materiais e a baixa patrimonial no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.	226
LEI ESTADUAL Nº 23.304, DE 30/05/2019 - Estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado.....	231
» <i>Atualizada até a Lei nº 23.553, de 13/1/2020.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 47.963, DE 28/05/2020 - Dispõe sobre a organização da Advocacia-Geral do Estado.	273
LEI ESTADUAL Nº 23.750, DE 23/12/2020 - Estabelece normas para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.	293
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 19/4/2022.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 48.444, de 15/06/2022 - Dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e serviços e o recebimento de bens móveis em comodato pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.....	298
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	305
LEI ESTADUAL Nº 4.747, DE 09/05/1968 - Dispõe sobre a cobrança de Taxas Estaduais.	307
» <i>Atualizada até a Lei nº 23.174, de 21/12/2018.</i>	
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 24/5/2021.</i>	
LEI ESTADUAL Nº 6.763, DE 26/12/1975 - Consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais. ..	322
» <i>Atualizada até a Lei nº 24.112, de 30/5/2022.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 38.886, DE 01/07/1997 - Aprova o Regulamento das Taxas Estaduais.....	442
» <i>Atualizado até o Decreto nº 47.898, de 25/3/2020.</i>	
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 26/3/2020.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 43.080, DE 13/12/2002 - Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS).....	466
» <i>Atualizado até o Decreto nº 48.459, de 07/07/2022.</i>	
LEI ESTADUAL Nº 14.937, DE 23/12/2003 - Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.	571
» <i>Atualizada até a Lei nº 23.762, de 6 de janeiro de 2021.</i>	
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 30/12/2021.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 43.709, de 23/12/2003 - Aprova o Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (RIPVA).....	577
» <i>Atualizado até o Decreto nº 48.386, de 24 de março de 2022.</i>	

ÍNDICE CRONOLÓGICO

LEI ESTADUAL Nº 14.941, de 29/12/2003 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).	594
» <i>Atualizada até a Lei nº 24.221, de 18/7/2022.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 43.932 DE 21/12/2004 - Aprova o Regulamento do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio e Área Adjacente das Rodovias (RFDR) e da respectiva Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias (TFDR).	603
» <i>Atualizado até o Decreto nº 47.839, de 16/1/2020.</i>	
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 26/3/2020.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 43.981, DE 03/03/2005 - Regulamento do Imposto Sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (RITCD).	612
» <i>Atualizado até o Decreto nº 48.350, de 13/1/2022.</i>	
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 25/3/2022.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 44.045, DE 13/06/2005 - Regulamenta a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais (TFAMG), instituída pela Lei nº 14.940, de 29 de dezembro de 2003.	628
» <i>Atualizado até o Decreto nº 47.898, de 25/3/2020.</i>	
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 27/3/2020.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 44.747, DE 03/03/2008 - Estabelece o Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA).	637
» <i>Atualizado até o Decreto nº 48.429, de 23/5/2022.</i>	
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia: 24/5/2022.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 45.936, DE 23/03/2012 - Estabelece o Regulamento da taxa de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários - TFRM - e dispõe sobre o cadastro estadual de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários - CERM.	686
» <i>Atualizado até o Decreto nº 47.898, de 25/3/2020.</i>	
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 26/3/2020.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 47.580, DE 28/12/2018 - Estabelece o Regulamento da Taxa Florestal.	693
» <i>Atualizado até o Decreto nº 47.898, de 25/3/2020.</i>	
» <i>Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 3/6/2020.</i>	
DECRETO ESTADUAL Nº 48.361, DE 03/02/2022 - Aprova o Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais.	704
DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	719
LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 59, DE 18/01/2001 - Contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.....	721
» <i>Atualizada até a Lei Complementar nº 166, de 30/6/2022.</i>	
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	787
DECRETO FEDERAL Nº 3.048, DE 06/05/1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social	789
» <i>*Atualizado até o Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020.</i>	

LEI FEDERAL Nº 9.717, DE 27/09/1998 - Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal	920
LEI FEDERAL Nº 9.796, DE 05/05/1999 - Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria.	924
LEI FEDERAL Nº 10.887, DE 18/06/2004 - Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997.	927
LEI FEDERAL Nº 12.618, DE 30/05/2012 - Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	933
LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 64, DE 25/03/2002 - Institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos civis do Estado.....	942
» Atualizada até a Lei Complementar nº 156, de 22/9/2020.	
» Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 23/9/2020.	
LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 132, DE 07/01/2014 - Institui o regime de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares de cargos efetivos dos poderes do Estado e membros de Poderes, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o art. 40 da constituição da república, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação.	959
» Atualizada até a Lei Complementar nº 158, de 30/7/2021.	
» Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 2/8/2021.	
DIREITO AMBIENTAL.....	969
LEI ESTADUAL Nº 21.972, DE 21/01/2016 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA.	971
» Atualizada até a Lei nº 23.304, de 30/5/2019.	
» Data da última atualização no site da Assembleia Legislativa: 4/6/2019.	
ATUALIZAÇÕES DA LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	979
CONSTITUCIONAL - EMENDA CONSTITUCIONAL FEDERAL Nº 123, DE 14 DE JULHO DE 2022 - Altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis; inclui o art. 120 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reconhecer o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes; autoriza a União a entregar auxílio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do Imposto sobre Operações	

relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores e distribuidores de etanol hidratado; expande o auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021; institui auxílio para caminhoneiros autônomos; expande o Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e institui auxílio para entes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público.....	981
CONSTITUCIONAL - EMENDA CONSTITUCIONAL FEDERAL Nº 124, DE 14 DE JULHO DE 2022 - Institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.....	985
CONSTITUCIONAL - EMENDA CONSTITUCIONAL FEDERAL Nº 125, DE 14 DE JULHO DE 2022 - Altera o art. 105 da Constituição Federal para instituir no recurso especial o requisito da relevância das questões de direito federal infraconstitucional.....	986
TRIBUTÁRIO - LEI COMPLEMENTAR Nº 192, DE 11/03/2022 - Define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior; e dá outras providências.	987
ADMINISTRATIVO - LEI Nº 14.345, DE 24/05/2022 - Altera as Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), para garantir pleno acesso a informações relacionadas a parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, bem como para assegurar a ex-prefeitos e ex-governadores acesso aos registros de convênios celebrados durante a sua gestão em sistema mantido pela União.	991
PREVIDENCIÁRIO - LEI Nº 14.360, DE 1º/06/2022 - Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a divulgação do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social; e revoga dispositivos da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.	992
PROCESSO CIVIL - LEI Nº 14.365, DE 02/06/2022 - Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal.	993
TRIBUTÁRIO - LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 23/06/2022 - Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017.	999
CIVIL - LEI Nº 14.405, DE 12/07/2022 - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para tornar exigível, em condomínios edilícios, a aprovação de 2/3 (dois terços) dos votos dos condôminos para a mudança da destinação do edifício ou da unidade imobiliária.....	1003
AMBIENTAL - LEI Nº 14.406, DE 12/07/2022 - Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e o Decreto-Lei nº 917, de 8 de outubro de 1969, que dispõe sobre o emprego da aviação agrícola no País, para incluir o uso da aviação agrícola nas diretrizes e políticas governamentais de combate a incêndios florestais.....	1004
FINANCEIRO - LEI COMPLEMENTAR Nº 195, DE 08/07/2022 - Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes	

de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC)..... 1005

ADMINISTRATIVO - LEI Nº 14.421, DE 20/07/2022 - Altera as Leis nºs 492, de 30 de agosto de 1937, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 13.986, de 7 de abril de 2020, e os Decretos-Lei nºs 3.365, de 21 de junho de 1941, e 167, de 14 de fevereiro de 1967. ... 1014

PREVIDENCIÁRIO - LEI Nº 14.431, DE 03/08/2022 - Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para ampliar a margem de crédito consignado aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aos segurados do regime próprio de previdência social dos servidores públicos federais, aos servidores públicos federais e aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do benefício de prestação continuada e de programas federais de transferência de renda, a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos, e a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para alterar procedimentos relativos à concessão do Auxílio Inclusão Produtiva Urbana. 1018

» Conversão da Medida Provisória nº 1.106, de 2022.